

MEMORANDO INTERNO Nº 14/2023**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos**Para:** Diretoria Jurídica**Assunto:** Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 20/2022**Interessado:** ÁGIL MEDICAMENTOS LTDA - ARP Nº 115/2022

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa ÁGIL MEDICAMENTOS LTDA, sobre o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com cancelamento do item **Nº 112 - COMPLEXO B INJETÁVEL I.M/I.V.** Informo que o último volume do processo de licitação já se encontra neste departamento jurídico.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 06 de janeiro de 2023



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

RECEBIDO EM:

06/01/2023

ASS: 
Elton Rodrigo de Castro
Assistente Jurídico
OAB/SP 369.076

PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

A/C – Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

PREGÃO ELETRÔNICO 20/2022
Item: COMPLEXO B IM/IV 2 ML

Licitante: AGIL MEDICAMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.590.555/0001-48, com sede à AV PREFEITO GUIOMAR DE JESUS LOPES, 418, B. CRISTO REI, FRANCISCO BELTRÃO/PR, CEP 85.602-510.

Serve a presente para, na melhor forma admitida em direito, respeitosamente, **APRESENTAR PEDIDO DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**, sobre os seguintes fatos que a seguir passa a expor:

Inicialmente, importante destacar que a presente reivindicação está amparada pelo disposto na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, **devido a um aumento no custo dos produtos.**

Pois bem, a Licitante salienta que diante do aumento no custo de aquisição do medicamento, observando a data do certame, verifica-se que **o custo atual é R\$3,69**, diferente do **preço registrado no momento do certame no valor de R\$3,45, sopesado um custo naquela época de R\$1,99** – CONFORME NOTA DE COMPRA ANEXA.



Valor Unitário na Data da licitação					
Cálculo 01	PRODUTO	NOTA DE COMPRA	DATA	Custo anterior	Valor Ganho
	COMPLEXO B IM/IV 2ML	112278	23/02/2022	R\$ 1,99	R\$ 3,45
Valor Sugerido para reequilíbrio					
Cálculo 02	PRODUTO	NOTA DE COMPRA	DATA	Custo atual	Valor reajustado
	COMPLEXO B IM/IV 2ML	2.336	06/05/2022	R\$ 2,79	
		16335	11/07/2022	R\$ 2,86	
		5837	04/11/2022	R\$ 3,35	
		29797	08/12/2022	R\$ 3,69	R\$ 4,79

Como meio comprobatório pela necessidade do reequilíbrio, seguem as notas fiscais anteriores ao certame e durante o curso do contrato, a fim de comprovar o prejuízo em caso de manutenção, ressaltando que a operação envolve ainda diversos custos administrativos.

Portanto, denota-se que atualmente o preço de custo do fármaco supera o valor registrado para fornecimento, **caracterizando caso fortuito ou de força maior**.

De mais a mais, o pedido de reequilíbrio requerido preservou exatamente as mesmas margens acordadas quando do registro inicial do preço visando a manutenção das mesmas condições pactuadas no momento da celebração do contrato.

Logo, sopesados os documentos juntados ao pedido, requeremos o acolhimento do presente para o fim de conceder o pedido de reequilíbrio econômico para que seja deferido o pedido de reequilíbrio para o **valor de R\$4,79**, tendo em vista que o preço registrado é muito inferior ao valor de compra atual do fármaco, inexistindo qualquer óbice legal ao reequilíbrio econômico-financeiro reivindicado.

Vale destacar que o objeto do contrato de fornecimento é medicamentos, os quais, como é de conhecimento público, sofrem, ao longo do contrato assumido, oscilações de preço por diversos fatores, em especial àqueles relacionados à matéria-prima para fabricação, que em sua maioria são importadas, sujeitas ao mercado cambial e ao próprio princípio base da economia: oferta e demanda.



No entanto, caso tal margem não seja preservada, fica evidenciado que a Licitante estará sendo obrigada a suportar prejuízo para a manutenção do contrato, vez que o atual preço de aquisição do fármaco é incompatível com o valor registrado para fornecimento, existindo inúmeros custos administrativos e operacionais que vão além dos valores das notas fiscais, tais como tributos, logística, pessoal, financeiro, etc.

Ademais, não há amparo legal para obrigar a licitante, que pratica valores condizentes com o mercado, a manter o fornecimento ao ente público com prejuízo, sendo que o reequilíbrio econômico financeiro objetiva exatamente evitar tal circunstância, como solução à continuidade do fornecimento.

Assim, considerando que os documentos encartados demonstram extreme de dúvida a inexequibilidade da proposta registrada, diante da ocorrência do caso fortuito ou força maior, não há outra alternativa senão requere a concessão do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro almejado.

DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, reivindica-se:

- A. o recebimento do presente pedido com todos os documentos que o acompanham;
- B. Assim, reivindica-se que o pleito seja deferido quanto ao pedido de reequilíbrio econômico-financeiro nos termos requeridos em relação ao item **COMPLEXO B IM/IV 2 ML passando ao valor de R\$4,79.**
- C. **SUCESSIVAMENTE**, não entendendo viável o reajuste proposto com base somente no custo do fármaco, reitera-se o pedido de **homologação da**



desclassificação do item em questão, passando o mesmo ao próximo colocado do certame.


Termos em que, **pede deferimento.**

Pato Branco, 06 de janeiro de 2023.

RANDAS JOSE
TAJARIOL
VOGEL

Assinado de forma
digital por RANDAS
JOSE TAJARIOL VOGEL
Dados: 2023.01.06
11:30:28 -03'00'

Randas Vogel
OAB/PR nº 78.191

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA										
TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		0-ENTRADA 1-SAÍDA		CHAVE DE ACESSO 4122 0535 9595 1400 0153 5500 1000 0023 3619 4930 5700								
RUA DAS CAMELIAS, 230 - JARDIM LA SALLE 85902-460 TOLEDO - PR (45) 9965-8536		2.336 SÉRIE 1 FOLHA 1/1		Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora								
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE MERCADORIA				PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 141220104710543 05/05/2022 16:58:20								
INSCRIÇÃO ESTADUAL 90.837.159-33		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.		CNPJ 35.959.514/0001-53								
DESTINATÁRIO												
NOME / RAZÃO SOCIAL AGIL MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ 20.590.555/0001-48								
ENDEREÇO R SANTA CATARINA, 418				DATA DA EMISSÃO 05/05/2022								
MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRAO				CPM 85602-510								
UF PR				DATA DA SAÍDA 05/05/2022								
FONE / FAX (46) 3523-6613				HORA DA SAÍDA 16:58:15								
INSCRIÇÃO ESTADUAL 90.676.239-05												
FATURA / DUPLICATA												
PARCELAS												
001 02/06/2022 6.696,00												
CÁLCULO DO IMPOSTO												
BASE CÁLC ICMS 6.696,00		VALOR ICMS 803,52		TOTAL DOS PRODUTOS 6.696,00								
VALOR ICMS ST 0,00		BASE CÁLC ICMS ST 0,00		VALOR ICMS ST 0,00								
VALOR FRETE 0,00		VALOR SEGURO 0,00		VALOR APROX TRIB 2.059,02								
VALOR DESCONTO 0,00		OUTRAS DESP 0,00		TOTAL DA NOTA 6.696,00								
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS												
NOME / RAZÃO SOCIAL SAO GABRIEL TRANSPORTES EIRELI				CNPJ 15.488.297/0012-06								
FRETE POR CONTA 0-Remetente				CÓDIGO ANTT								
ENDEREÇO ROD BR-116, 27363				PLACA DO VEIC								
MUNICÍPIO CURITIBA				UF PR								
QUANTIDADE 2				INSCRIÇÃO ESTADUAL 90.753.028-08								
ESPECIE VOLUMES				PESO BRUTO 11,000								
MARCA				PESO LÍQUIDO 11,000								
NUMERAÇÃO												
DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS												
CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALIQ ICMS	V.APROX TRIBUTOS
331	COMPLEXO B POLIVIT 2ML (HYPLEX B) HYPOFARMA Lote=22030148 Fab=06/04/2022 Val=31/03/2024 Qtd=2.400 EAN 7898122911587 Cód. Barras: 7898122911587	30039019	051	5102	AMP	2.400	2,79	6.696,00	6.696,00	803,52	18,00	2.059,02
DADOS ADICIONAIS												
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES P: 1598 - C: 175 BANCO DO BRASIL AGÊNCIA 587-8 CONTA CORRENTE 117.553-x Val aprox dos tributos R\$ 2.059,02 (30,75%) Fonte: IBPT PR830001-DIFERIMENTO INCISO I DO ART. 31 DO ANEXO VIII DO RICMS/2017								RESERVADO AO FISCO				
DANFE View danfeview.com.br												
Gerado em 06/01/2023 às 13:47:24 pelo UniDANFE. Plus www.unidanfe.com.br												
RECEBEMOS DE TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 2.336 EMISSÃO: 05/05/2023 VALOR TOTAL: 6.696,00 DESTINATÁRIO: AGIL MEDICAMENTOS LTDA - R SANTA CATARINA, 418, CRISTO REI, 85602-510-FRANCISCO BELTRAO-PR												NF-e
DATA DO RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR												2.336
												SÉRIE 1

2878
86

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE AG KIENEN E CIA LTDA - AGKVIDA R BENJAMIN BORGES DOS SANTOS, 87 - FRARON 85503-350 PATO BRANCO - PR (46) 3224-2100		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA		 CHAVE DE ACESSO 4122 0282 2259 4700 0165 5500 1000 1122 7818 5422 2293 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE MERCADORIA ADQUIRIDA OU RECEBIDA DE TERC		112.278 SÉRIE 1 FOLHA 1/1		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 141220041862693 21/02/2022 16:12:56	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 31.603.232-04		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT. 90.795.302-52		CNPJ 82.225.947/0001-65	

DESTINATÁRIO

NOME / RAZÃO SOCIAL AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		CNPJ 20.590.555/0001-48		DATA DA EMISSÃO 21/02/2022	
ENDEREÇO AV PREFEITO GUIOMAR DE JESUS LOPES, 418		BAIRRO / DISTRITO CRISTO REI		CEP 85602-510	
MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRAO		UF PR		DATA DA SAÍDA 21/02/2022	
		FONE / FAX (46) 3523-6613		HORA DA SAÍDA 16:12:55	
		INSCRIÇÃO ESTADUAL 90.676.239-05			

FATURA / DUPLICATA

PARCELAS					
001	14/03/2022	2.321,67	002	21/03/2022	2.321,67
003	28/03/2022	2.321,66			
CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE CÁLC ICMS		VALOR ICMS	BASE CÁLC ICMS ST		VALOR ICMS ST
6.965,00		835,84	0,00		0,00
TOTAL DOS PRODUTOS		6.965,00			
VALOR FRETE	VALOR SEGURO	VALOR DESCONTO	OUTRAS DESP	VALOR IPI	TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.965,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL EXPRESSO SAO MIGUEL		FRETE POR CONTA 0-Remetente		CÓDIGO ANTT		PLACA DO VEIC		UF		CNPJ	
ENDEREÇO RUA PANTALEAO TELLES, 59		MUNICÍPIO PATO BRANCO		UF PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL 41.014.839-03					
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO						
	VOLUME										

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALIQ ICMS
6508	COMPL. POLIV. VTI B1, B2, B6, B3, B5 - (CX C/100) HYPOFARMA Lote=21091181 Fab=01/12/2021 Val=30/09/2023 Qtd=3.500 PMC=0,00 R.ANVISA=1038700290012 EAN: 7898122911587 Cód. Barras: 7898122911587	30039019	051	5102	AMP	3.500	1,99	6.965,00	6.965,00	835,84	18,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Artigo 28, inciso I, do Anexo VIII do RICMS/PR (aliquota 18, resultado e 12%)		RESERVADO AO FISCO	
---	--	--------------------	--

DANFE View | danfeview.com.br

Gerado em 06/01/2023 às 13:42:43 pelo UniDANFE - Plus | www.unidanfe.com.br

RECEBEMOS DE AG KIENEN E CIA LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 112.278, EMISSÃO: 21/02/2022 VALOR TOTAL: 6.965,00 DESTINATÁRIO: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - AV PREFEITO GUIOMAR DE JESUS LOPES, 418, CRISTO REI, 85602-510-FRANCISCO BELTRAO-PR		NF-e 112.278 SÉRIE 1
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

2879
28

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE BRAZMIX COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA RODOVIA DA UVA, 7120 - BARRACAO 1 E 2 - EMBU 83414-300 COLOMBO - PR 3037-0700		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA 163.352 SÉRIE 1 FOLHA 1/1	 CHAVE DE ACESSO 4122 0710 9729 4800 0162 5500 1000 1633 5219 5555 1790 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA NORMAL NO ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 141220159805707 08/07/2022 16:41:30	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 90.541.180-20	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 10.972.948/0001-62	

DESTINATÁRIO NOME / RAZÃO SOCIAL AGIL MEDICAMENTOS LTDA		CNPJ 20.590.555/0001-48	DATA DA EMISSÃO 08/07/2022
ENDEREÇO AV PREF GUIOMAR DE JESUS LOPES, 418 - 85.602-510	BAIRRO / DISTRITO CRISTO REI	CEP 85602-510	DATA DA SAÍDA 08/07/2022
MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRAO	UF PR	FONE / FAX (46) 3523-6613	INSCRIÇÃO ESTADUAL 90.676.239-05
			HORA DA SAÍDA 16:41:28

FATURA / DUPLICATA					
PARCELAS					
001 07/08/2022 11.442,28		002 22/08/2022 11.438,86		003 06/09/2022 11.438,86	
CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE CÁLC ICMS 34.320,00		VALOR ICMS 4.118,40		TOTAL DOS PRODUTOS 34.320,00	
VALOR FRETE 0,00		VALOR SEGURO 0,00		TOTAL DA NOTA 34.320,00	
VALOR DESCONTO 0,00		OUTRAS DESP 0,00		VALOR IPI 0,00	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA 0-Remetente		CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEIC	UF	CNPJ
NOME / RAZÃO SOCIAL QUALITY TRANSPORTES E ENTREGAS RAPIDAS							06.321.409/0007-81
ENDEREÇO ESTM JOSE SEDANO		MUNICÍPIO CAMPINAS		UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL 795.549.474.111		
QUANTIDADE 10	ESPECIE CAIXA	MARCA	NUMERAÇÃO 3	PESO BRUTO 0,960	PESO LÍQUIDO 0,960		

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B. CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALIQ. ICMS
19369	COMPLEXO B HYPLEX B C/100 AMP 2ML IM/IV HYPOFARMA (HYPOF) Lote=22040226 Fab=30/04/2022 Val=30/04/2024 Qtd=60 PMC=0,00 R.ANVISA=1038700290012 PF: 80.23 Lista (+) Volume: 4,5,6,7,8 Cód. Barras: 7898122911587	30039015	000	5102	CX	60	286,00	17.160,00	17.160,00	2.059,20	12,00
19369	COMPLEXO B HYPLEX B C/100 AMP 2ML IM/TV HYPOFARMA (HYPOF) Lote=22040424 Fab=25/05/2022 Val=30/04/2024 Qtd=36 PMC=0,00 R.ANVISA=1038700290012 PF: 80.23 Lista (+) Volume: 1,2,3 Cód. Barras: 7898122911587	30039015	000	5102	CX	36	286,00	10.296,00	10.296,00	1.235,52	12,00
19369	COMPLEXO B HYPLEX B C/100 AMP 2ML IM/IV HYPOFARMA (HYPOF) Lote=22040429 Fab=01/05/2022 Val=30/04/2024 Qtd=24 PMC=0,00 R.ANVISA=1038700290012 PF: 80.23 Lista (+) Volume: 9,10 Cód. Barras: 7898122911587	30039015	000	5102	CX	24	286,00	6.864,00	6.864,00	823,68	12,00

DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES FANTASIA DESTINATARIO: CENTRO DE DISTRIBUICAO Pedido fechado com o Allyson pelo Skype. RECUPERACAO DE ICMS PAGO NA FONTE. ICMS PARA EFEITO DE CREDITO DO ADQUIRENTE. PED.VENDA=324608 COMERCIAL=REPRES.:190 OPERAD.:168 AG. COB:BANCO DO BRASIL DUPLICATA ROTA=QUALITY COD_CLIENTE=39457 EMAIL_TRANS=nfe@qualityentregas.com.br	RESERVADO AO FISCO
--	---------------------------

DANFE View | danfeview.com.br Gerado em 06/01/2023 às 13:42:49 pelo UniDANFE Plus | www.unidanfe.com.br

RECEBEMOS DE BRAZMIX COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 163.352. EMISSÃO: 08/07/2022 VALOR TOTAL: 34.320,00 DESTINATÁRIO: AGIL MEDICAMENTOS LTDA - AV PREF GUIOMAR DE JESUS LOPES, 418, CRISTO REI, 85602-510-FRANCISCO BELTRAO-PR		NF-e 163.352 SÉRIE 1
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA			
TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		0-ENTRADA 1-SAÍDA		CHAVE DE ACESSO 4122 1135 9595 1400 0153 5500 1000 0058 3717 0923 5054	
RUA REDENTOR, 704 - VILA BECKER 85902-510 TOLEDO - PR (045) 2032-6959		5.837 SÉRIE 1 FOLHA 1/1		Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE MERCADORIA				PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 141220263301852 03/11/2022 14:56:23	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 90.837.159-33		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.		CNPJ 35.959.514/0001-53	

DESTINATÁRIO		CNPJ		DATA DA EMISSÃO	
NOME / RAZÃO SOCIAL AGIL MEDICAMENTOS LTDA		20.590.555/0001-48		03/11/2022	
ENDEREÇO R SANTA CATARINA, 418		BAIRRO / DISTRITO CRISTO REI		DATA DA SAÍDA 03/11/2022	
MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRAO		UF PR		HORA DA SAÍDA 14:56:09	
		FONE / FAX (46) 3523-6613		INSCRIÇÃO ESTADUAL 90.676.239-05	

FATURA / DUPLICATA					
PARCELAS					
001 24/11/2022 3.350,00					
CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE CÁLC ICMS 3.350,00		VALOR ICMS 402,00		TOTAL DOS PRODUTOS 3.350,00	
VALOR FRETE 0,00		VALOR SEGURO 0,00		VALOR DESCONTO 0,00	
OUTRAS DESP 0,00		VALOR IPI 0,00		VALOR APROX TRIB 1.030,13	
TOTAL DA NOTA 3.350,00					

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA 0-Remetente		CÓDIGO ANTT		PLACA DO VEIC		UF		CNPJ	
NOME / RAZÃO SOCIAL SAO GABRIEL TRANSPORTES EIRELI										15.488.297/0012-06	
ENDEREÇO ROD BR-116, 27363				MUNICÍPIO CURITIBA				UF PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL 90.753.028-08	
QUANTIDADE 1		ESPECIE VOLUMES		MARCA		NUMERAÇÃO		PESO BRUTO 4,950		PESO LÍQUIDO 4,950	

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS	V.APROX TRIBUTOS
331	COMPLEXO B POLIVIT 2MLC/100 (HYPLEX B) HYPOFARMA Lote=22060493 Fab=16/08/2022 Val=30/06/2024 Qtd=1.000 PMC=0,00 R.ANVISA=1038700290012 ANVISA 1038700290012 EAN 7898122911587 Cod. Barras: 7898122911587	30039015	051	5102	AMP	1.000	3,35	3.350,00	3.350,00	402,00	18,00	1.030,13

DADOS ADICIONAIS		RESERVADO AO FISCO	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES P: 4968 - C: 175 BANCO DO BRASIL AGENCIA 0587-8 CONTA CORRENTE 117.553-x Val aprox dos tributos R\$ 1.030,13 (30,75%) Fonte: IBPT PR830001-DIFERIMENTO INCISO I DO ART. 31 DO ANEXO VIII DO RICMS/2017			

DANFE View danfeview.com.br		Gerado em 06/01/2023 às 13:43:13 pelo UmDANFE Pto www.umdafne.com.br	
RECEBEMOS DE TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 5.837. EMISSÃO: 03/11/2022 VALOR TOTAL: 3.350,00 DESTINATÁRIO: AGIL MEDICAMENTOS LTDA - R SANTA CATARINA, 418, CRISTO REI, 85602-510- FRANCISCO BELTRAO-PR		NF-e 5.837 SÉRIE 1	
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA RUA SERGIPE, 539 - ALVORADA 85601-040 FRANCISCO BELTRAO - PR (46) 3055-6169		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA 29.797 SÉRIE 1 FOLHA 1/1	 CHAVE DE ACESSO 4122 1218 3377 5900 0120 5500 1000 0297 9710 8751 4446 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 141220297305072 08/12/2022 15:09:02	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 90.634.001-11	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 18.337.759/0001-20	

DESTINATÁRIO NOME / RAZÃO SOCIAL AGIL MEDICAMENTOS LTDA		CNPJ 20.590.555/0001-48	DATA DA EMISSÃO 08/12/2022
ENDEREÇO AV PREFEITO GUIOMAR DE JESUS LOPES, 418	BAIRRO / DISTRITO CRISTO REI	CEP 85602-510	DATA DA SAÍDA 08/12/2022
MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRAO	UF PR	FONE / FAX (46) 3055-2151	INSCRIÇÃO ESTADUAL 90.676.239-05
			HORA DA SAÍDA 15:08:56

FATURA / DUPLICATA					
PARCELAS					
001 23/12/2022 369,00					
CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE CÁLC ICMS 369,00	VALOR ICMS 44,28	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00	TOTAL DOS PRODUTOS 369,00	
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00	VALOR IPI 0,00	TOTAL DA NOTA 369,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA 0-Remetente		CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍC	UF	CNPJ 18.337.759/0001-20
NOME / RAZÃO SOCIAL DISTRIBUIDORA MERISIO		ENDEREÇO RUA SERGIPE		MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRAO		UF PR	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE 1	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO		

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS											
CODIGO PRODUÇÃO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALIQ. ICMS
98	COMPLEXO B SOL INJ 2ML IM Lote=22060494 Fab=08/09/2022 Val=30/06/2024 Qtd=100 PMC=0,0000000000 R.ANVISA=1038700290012 Cód. Barras: 7898122911587	30039015	000	5102	AMP	100	3,6900000000	369,00	369,00	44,28	12,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Dados Bancários: BB: 001 AG: 0616 5 CC: 76547 3 PIX = CNPJ: 18.337.759/0001-20 Entrega local. Pedido Interno: 11111 ICMS parcialmente diferido no montante de 33,33% redução, conforme art. 108 do RICMS 2012. PIS Pasep e COFINS: Operação Tributável Monofásica Revenda a Alíquota Zero, conforme a Lei 10.147/2000, Artigo 2. PIS Pasep e COFINS: Operação Tributável Monofásica Revenda a Alíquota Zero, conforme a Lei 10.147/2000, Artigo 2.	RESERVADO AO FISCO
---	--------------------

DANFE View danfeview.com.br		Gerado em 06/01/2023 às 13:42:57 pelo UniDANFE Plus www.unidanfe.com.br	
RECEBEMOS DE DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 29.797. EMISSÃO: 08/12/2022 VALOR TOTAL 369,00 DESTINATÁRIO AGIL MEDICAMENTOS LTDA - AV PREFEITO GUIOMAR DE JESUS LOPES, 418, CRISTO REI, 85602-510- FRANCISCO BELTRAO-PR		NF-e 29.797 SÉRIE 1	
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		



2939
48

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: ÁGIL MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO CUMULADO COM PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE CANCELAMENTO DO ITEM Nº 112 - COMPLEXO B INJETÁVEL I.M/I.V

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao **item Nº 112 - COMPLEXO B INJETÁVEL I.M/I.V**, cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do item supra descrito, cuja licitante que se sagrou vencedora foi a empresa **ÁGIL MEDICAMENTOS LTDA**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 20/2022**, com solicitação juntada aos autos, sob a justificativa de que houve aumento de preço do item supra.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado ou do cancelamento do referido item, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

A empresa peticionante solicita o reequilíbrio econômico-financeiro do supra, cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do referido item, que logrou vencedora na licitação em epígrafe, argumentando que houve um aumento dos preços do item em tela sendo necessária a recomposição ou cancelamento deste para a manutenção da empresa.

Fundamenta a sua exordial com o argumento de que ocorreu um aumento de preço do item em tela sendo necessário, portanto, a sua

g B 12



recomposição, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo"*.

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Ao calcular o preço ofertado à Administração, o licitante já deve levar em consideração as variações ordinárias no custo de aquisição do item, visto que tais variações são esperadas ao longo do prazo de validade do certame



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

licitatório. Destaca-se que empreender é sinônimo de assumir riscos, logo não é qualquer situação de desequilíbrio na relação contratual que irá legitimar sua utilização. Por isso é tão importante que o fornecedor seja diligente ao elaborar a sua proposta, levando em conta os prováveis riscos já conhecidos pelo seu mercado.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Vantagem desse sistema é que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo registrado, no caso, 6 meses.

Assim, variações no preço dos itens ofertados são esperadas que ocorram, devendo estas serem considerados por aqueles que participam do certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da atual situação econômica, eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão, para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

2942
88

JBH

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÀRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÀRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio e, neste trilha, tem-se os ensinamentos de Fernanda Marinela, sobre a aplicação da teoria da imprevisão (*rebus sic stantibus*) aos contratos administrativos:

Consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, alteram o equilíbrio econômico-financeiro refletindo na economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual. Portanto a ocorrência deve ser superveniente, imprevista (porque as



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

partes não imaginaram), imprevisível (porque ninguém no lugar delas conseguiria imaginar – algo impensável) e que onera demais o contrato para uma das partes, exigindo-se a recomposição. Em todos os casos, a teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevisíveis e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, refletindo sobre a economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à sua situação superveniente.

Conforme as notas fiscais apresentadas, verifica-se que houve aumento do preço dos itens em questão, porém, tal alteração não é considerada imprevisível, e, portanto, deve ser estimada pelo licitante ao elaborar a proposta, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Ademais, conforme estipulado pela cláusula 11.9.1. do edital de licitação: **“REALINHAMENTOS DE PREÇOS NÃO SERÃO ADMITIDOS EM ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS”**.

Conforme novel decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Sorte distinta não assiste ao 1º Termo de Aditamento, que além de contaminado pelos vícios oriundo ajuste principal, consoante o princípio da acessoriedade, não se fez acompanhado da cabal demonstração da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, posteriores à celebração do contrato, que viessem a alterar substancialmente a sua equação econômico-financeira; tampouco da memória de cálculo para a definição do realinhamento na ordem de 55% (cinquenta e cinco por cento).

Como bem registrado pela diligente equipe de Fiscalização, a Prefeitura se ampara no artigo 65, inciso II, “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, consignando no ato justificatório a existência de requerimento da contratada, “notas fiscais” e “pesquisa de preços junto à mercados, açougues e outros estabelecimentos do ramo”.

Inobstante provocação específica, não apresentou tais documentos, limitando-se a indicar notícia de jornal com destaque do aumento das exportações a países da Europa e, principalmente, à China, fato que teria pressionado os preços da arroba do boi no mercado nacional (ev.1.4).

Os documentos encartados nos eventos 100.3 e 100.4 do eTC-10472.989.20-1, por sua vez, são datados de 28/08/2020, sugerindo que Administração tenha se ocupado do tema somente após a provocação desta Corte. Ademais, referidas cotações, na melhor das hipóteses, revelariam simples variação sazonal no preço dos produtos, risco típico do negócio, a ser suportado pela contratada, e insuficiente, portanto, para justificar a hipótese de concessão do reequilíbrio econômico financeiro do contrato. TCE-SP Processo nº 00022417.989.19-1; CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS; julgado em 16 de outubro de 2020.

Em outro julgado, o Tribunal de Contas aduz da seguinte forma:

Como se sabe, a ocorrência de variação de preços dos produtos não autoriza que o seu índice seja repassado, de imediato, para o contrato. É preciso que se demonstre que a elevação de preços vai repercutir negativamente na equação inicial da avença, a ponto de romper o equilíbrio econômico-financeiro, o que não ficou evidenciado nos presentes autos.

Deste modo, por se tratar de acontecimento comum e previsível, as oscilações devem ser suportadas pela contratada até o momento apropriado para o reajustamento do preço avençado, ou seja, depois de decorrido o período de 12 meses da última alteração.

E neste caso, não houve observância a tal procedimento resultando injustificado o realinhamento praticado, a título de recomposição da equação econômico-financeira da contratação em apreço, pois, repita-se, não foi respeitada a periodicidade de 12 meses.

JBH



2946
48

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Com isso, o reajuste de preços concedido acabou contaminando todos os termos aditivos subsequentes". (TC-1403/002/04 – Tribunal Pleno, Sessão de 18/04/12 – Conselheiro Substituto Antonio Carlos dos Santos.

Além disso, as decisões do TCU apontam esse mesmo posicionamento, aproveita-se para citar alguns:

Acórdão: 167/2015 – Segunda Câmara

A subavaliação dos preços do orçamento base da licitação não pode favorecer a licitante/contratada em prejuízo da Administração, pois a proposta apresentada deve estar de acordo com o que esta conhece sobre o mercado. Não cabe alegar locupletamento do erário após a efetiva prestação do serviço quando a empresa não apresenta proposta compatível com os preços praticados no mercado. Data da sessão: 03/02/2015. Relator: Raimundo Carreiro.

Acórdão: 2795/2013 – Plenário

O valor do contrato abaixo do de mercado não é causa suficiente para justificar seu reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que essa situação pode decorrer, por exemplo, de estratégia empresarial, de condições oferecidas na licitação ou de aumento de custos provocado pela variação normal de mercado, não se inserindo na álea econômica extraordinária e extracontratual exigida pelo art. 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/1993. Data da sessão: 16/10/2013. Relator: Raimundo Carreiro.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2947
48

Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara

Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si sós, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato. Data da sessão: 14/06/2016. Relator: Ana Arraes

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço, e não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado “aumento de preço”, uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais, sendo que estas não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebe-se, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio.

É necessária uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: **a)** fato do príncipe; **b)** fato da Administração; **c)** fato superveniente imprevisível; ou, **d)** fato previsível, mas de consequências incalculáveis. OS DOCUMENTOS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas, sendo insuficiente para justificar a revisão de preços.

Ademais, não pode a Administração Pública sofrer as consequências pelo desacerto inescusável da licitante, visto que a obrigação de calcular o preço ofertado é do particular e, caso não o faça corretamente, é sobre ele que deverá recair as consequências, sob pena de se estar desvirtuando o instituto da licitação e ferindo os princípios da supremacia do interesse público, da legalidade, da impessoalidade e eficiência.

AS



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2948
58

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora.

Ato Contínuo, passa-se à análise do pedido subsidiário de desistência/cancelamento, sob o argumento da requerente de que aumento de preço do item.

Tem como fulcro de sua petição argumentando que ocorreu um considerável aumento de preço dos itens, sendo necessário o seu cancelamento e a liberação da empresa, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa e poderia ser responsabilizada por fornecer itens abaixo do preço de mercado.

Como acima mencionado, o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Da mesma forma que no reequilíbrio econômico-financeiro, aplica-se ao pedido de cancelamento a teoria da imprevisão, de modo que o cancelamento dos itens registrados somente poderá ser realizado de forma excepcional, caso haja comprovação da ocorrência de: **a)** fato do príncipe; **b)** fato da Administração; **c)** fato superveniente imprevisível; ou, **d)** fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Ademais, há o registro que vinculará as partes nos modos que se darão as contratações. Sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata, não podendo, portanto, alegar que a Administração Pública está "enriquecendo sem causa", pois se trata de um instrumento desta para obter os melhores preços de mercado e assim maximizar os dispêndios públicos.

gsm

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o



2950
98

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame*



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

não compareça para dar execução da proposta". (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa supra referida sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica **opina:**

I – Pela manutenção do valor registrado dos itens em que a empresa ÁGIL MEDICAMENTOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

2951
58



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2952
48


II – Da mesma forma, pelo indeferimento do pedido subsidiário de cancelamento do item, sob pena de aplicação das referidas sanções, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 02 de fevereiro de 2023.


Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio Cesar Graton Pagnosi
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 35/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 20/2022

Interessado: ÁGIL MEDICAMENTOS LTDA - ARP Nº 115/2022

Após solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com cancelamento, às fls. 2.873/2.881, sobre o item **Nº 112 - COMPLEXO B INJETÁVEL I.M/I.V.**, encaminho o Parecer Jurídico às fls. 2.939/2.952, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 03 de fevereiro de 2023



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 20/2022

Interessado: ÁGIL MEDICAMENTOS LTDA - ARP Nº 115/2022

Trata-se de solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com cancelamento do item **Nº 112 - COMPLEXO B INJETÁVEL I.M/I.V**, registrado na Ata de Registro de Preços nº 115/2022, alegando, em síntese, o aumento de preço do fármaco, sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado, o que possibilitaria o seu adimplemento.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 2.939/2.952, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **ÁGIL MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ Nº 20.590.555/0001-48, ARP Nº 115/2022**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 03 de fevereiro de 2023



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento de item. Pregão Eletrônico nº 20/2022. Interessada: **ÁGIL MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ Nº 20.590.555/0001-48, ARP Nº 115/2022**. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com cancelamento do **item nº 112 - COMPLEXO B INJETÁVEL I.M.I.V**, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Presidente Prudente, 03 de fevereiro de 2023.

